UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA

MARILENE ANDREZA GUERREIRO DE SOUZA

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE UM MANUSCRITO DE AUTO CÍVEL DE LIBERDADE (1878)

Belém – Pará
2023

MARILENE ANDREZA GUERREIRO DE SOUZA

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE UM MANUSCRITO DE AUTO CÍVEL DE LIBERDADE (1878)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Arquivologia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Iane Maria da Silva Batista.

Belém – Pará
2023

MARILENE ANDREZA GUERREIRO DE SOUZA

ANÁLISE PALEOGRÁFICA DE UM MANUSCRITO DE AUTO CÍVEL DE LIBERDADE (1878)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora da Faculdade de Arquivologia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará, para obtenção do grau de Bacharela em Arquivologia.

Orientador(a): Prof.ª Dra. Iane Maria da Silva Batista.

Aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

_____
Profª. Drª. Iane Maria da Silva Batista (Orientadora)
Faculdade de Arquivologia – FAARQ/UFPA

_____
Prof. Dr. Fernando de Assis Rodrigues (Examinador)
Faculdade de Arquivologia - FAARQ/UFPA

_____
Prof. Dr. Gilberto Gomes Cândido (Examinador)
Faculdade de Arquivologia - FAARQ/UFPA

A *Èsu, Orisà* dos caminhos e Senhor da minha vida. A todos os ancestrais de África e afrodescendentes que resistiram ao ódio e maldade dos brancos. À minha mãe Jacirema Guerreiro de Souza, ao meu filho Lucas Emanuel de Souza e ao meu pai Emanuel Pereira de Souza (*in memorian*). À Brenda Sales e Marcelo Carvalho (*in memorian*).

AGRADECIMENTOS

Laroyê Èsu! A este Senhor eu agradeço a vida e a oportunidade de encerrar este ciclo. Aos *Orisàs* e entidades que conduzem meu *Orì* e aos guias que me acompanham!

Durante o percurso acadêmico, assim como em todos na vida, convivemos com muitas pessoas: umas já conhecidas e outras que surgiram ao longo do caminho. A finalização deste curso é somente uma pequena parte de um longo período de aprendizados, alegrias e também de tristezas pela partida de algumas pessoas amadas. O importante é que sempre encontrei mãos estendidas, braços abertos e muito amor vindo de familiares, amigos e alunos. Então, é necessário agradecer por todo o suporte recebido das mais diversas formas.

Gostaria de agradecer à orientadora professora Iane Maria da Silva Batista pela paciência, competência acadêmica e pelos muitos conhecimentos transmitidos.

Aos professores Gilberto Gomes Cândido e Fernando de Assis Rodrigues por fazerem parte da banca examinadora que avaliou este trabalho.

À Servidora Léa Leão, Secretária do curso de Arquivologia, pela amizade, gentileza, presteza e pelas conversas regadas a cafezinhos.

Aos professores Leonardo Torii, Luiz Eduardo Silva, Daniel Libonati e Natália Nascimento, que passaram pela Faculdade de Arquivologia e compartilharam valiosos conhecimentos que engrandeceram meu repertório acadêmico.

Meu agradecimento especial à professora Renata Lira Furtado pelo exemplo de profissionalismo e pessoa maravilhosa, sempre incentivando e vibrando comigo a cada conquista fora e dentro do curso de Arquivologia.

Agradeço aos meus pais Jacirema Guerreiro de Souza e Emanuel Pereira de Souza (*in memoriam*) e ao meu filho e companheiro de curso Lucas Emanuel de Souza, vocês são minha base de aprendizado e amor.

Aos colegas da turma de 2016 de Arquivologia, que me receberam com carinho.

À Marcos Ferreira pelo respeito, amor, cuidado e carinho.

À professora Patrícia Alves-Melo que gentilmente cedeu uma cópia da 2º Edição revista e ampliada do livro O fim do silêncio: presença negra na Amazônia e a Ely Anne Andrade por ceder uma cópia de seu Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada pelo carinho e incentivo.

Aos meus Pais e Mãe de Santo: Raphael Negrão, Gabriel Rezende e Carolina Simões por todo amor, cuidado e amizade. E por todos do Terreiro de Umbanda Madrepérola.

À Caio Nascimento, excelente psicólogo que me ajudou a vencer a pior fase da minha vida, que foram as sequelas físicas e psicológicas provocadas pelo COVID-19. Muito obrigada por me ajudar a superar e estar comigo sempre!

Aos amigos, colegas e alunos da Rede Emancipa Belém e Ananindeua, Movimento Social em que atuo como militante política, Professora de História e Coordenadora pedagógica.

São muitos os amigos e amores a agradecer, mas destaco aqui em ordem alfabética (para não ter briga) Adriana Coimbra, Angélica Albuquerque, Angélica Barros, Avner Nascimento, Débora Muniz, Hugo Lima, Jaqueline Nassar, Jorge Martins, Maíra Cordeiro e Viviane Frazão. Vocês são o meu Quilombo! Obrigada por estarem sempre comigo.

“*Èsu* matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje”.
(Ditado Yorubá)

“A África é o maior escritor-fantasma de todos os tempos”.
(Autor desconhecido)

RESUMO

Esta pesquisa se constitui por meio de uma análise paleográfica de um documento manuscrito de auto cível de liberdade, pertencente ao acervo do Arquivo Público do Estado do Pará (APEP). A escolha desta temática surgiu a partir das experiências da autora como estagiária na Instituição durante os anos de 2015 e 2016 e também por meio da disciplina de Paleografia, ministrada durante a graduação em Arquivologia. Para isto, realizou-se a leitura, transcrição, identificação e a análise dos aspectos gráficos do manuscrito. Da perspectiva metodológica, a pesquisa teve caráter exploratório, baseado na pesquisa bibliográfica e documental, que proporcionou aprofundamento sobre o tema estudado, tendo como base autores que discorrem sobre a Paleografia e sobre a presença negra na Amazônia. Diante o contato com diversos manuscritos, foi selecionado o documento de uma mulher negra liberta que pede a liberdade de seu filho, para a aplicação dos objetivos propostos. Como resultados da pesquisa foi identificado a grafia da época, levando em consideração o tipo de letra, a forma própria de escrita, a relação de palavras com uma grafia diferente da atual, a acentuação das palavras, a identificação e desenvolvimento de abreviaturas, o suporte, o tipo de tinta e o instrumento de escrita. No que tange aos aspectos complementares, realizou-se a relação do autor e do solicitante com o manuscrito, a data, a procedência e o espaço. Conclui-se reafirmando a importância de discutirmos o protagonismo da presença negra na Amazônia e da Paleografia para o acesso e compreensão da informação do conteúdo dos documentos.

Palavras-chave: Paleografia; Escrita; Escravidão; Liberdade; Manuscrito.

ABSTRACT

This research is constituted through a paleographic analysis of a handwritten document of civil liberty, belonging to the collection of the Public Archive of the State of Pará (APEP). The choice of this theme arose from the author's experiences as an intern at the Institution during the years 2016 and 2017 and also through the discipline of Paleography, taught during the graduation in Archivology. For this, the reading, transcription, identification and analysis of the graphic aspects of the manuscript were carried out. From the methodological perspective, the research had an exploratory character, based on bibliographical and documentary research, which provided an in-depth look at the subject studied, based on the main authors who discuss Paleography and the black presence in the Amazon. In view of the contact with several manuscripts, a document of a freed black woman who asks for her son's freedom was selected for the application of the proposed objectives. As a result of the research, the spelling of the time was identified, taking into account the type of letter, the proper way of writing, the relationship of words with a spelling different from the current one, the accentuation of words, the identification and development of abbreviations, the support , the type of ink and the writing instrument. With regard to the complementary aspects, the relationship between the author and the applicant with the manuscript, date, origin and space was carried out. It concludes by reaffirming the importance of discussing the protagonism of the black presence in the Amazon and Paleography for accessing and understanding the information contained in the documents.

Keywords: Paleography; Writing; Slavery; Freedom; Manuscript.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Manuscrito – Fólio 1.....26
Figura 2 - Manuscrito – Fólio 2.....27

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Palavras com grafia diferente..... 30
Quadro 2 – Hífen simples 31
Quadro 3 – Palavras não acentuadas 32
Quadro 4 – Palavras acentuadas de forma diferente da grafia atual.....33
Quadro 5 – Letras maiúsculas..... 33
Quadro 6 – Dimensão das palavras..... 36
Quadro 7 – Sigla simples.....39
Quadro 8 – Abreviatura mista.....39
Quadro 9 – Letras sobrescritas.....40
Quadro 10 – Sinal especial.....40
Quadro 11 – Abreviaturas numéricas..... 41
Quadro 12 – União dos termos.....41
Quadro 13 – Numeração romano/arábica.....42

LISTA DE SIGLAS

APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
GEMPAC	Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação de Belém

Sumário

1. **INTRODUÇÃO**…….. 14
2. **PALEOGRAFIA E PRESENÇA NEGRA NA AMAZÔNIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**..... ……. 17

2.1 Paleografia..... 17

2.2 Presença negra na Amazônia..... 20

3. **O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP) E UM MANUSCRITO DE AUTO CÍVEL DE LIBERDADE (1878)**...……..... 24

3.1 Histórico da instituição custodiadora……..... 24

3.2 Análise Paleográfica dos documentos……..... 25

3.2.1 Manuscrito ……..... 26

4. **TRANSCRIÇÃO**..... 28

4.1 Comentários Paleográficos..... 29

4.2 Identificação dos aspectos gráficos..... 30

4.2.1 Palavras com grafias diferentes da atual..... 30

4.2.2 Uso de hífen..... 31

4.2.3 Acentuação gráfica…….. 32

4.2.4 Relação maiúscula/minúscula..... 33

4.2.5 Dimensão das letras..... 35

4.2.6 Abreviaturas..... 38

4.2.6.1 Sigla simples..... 39

4.2.6.2 Abreviatura mista..... 39

4.2.6.3 Abreviatura por letras sobrescritas..... 40

4.2.6.4 Por sinal especial..... 40

4.2.6.5 Abreviatura numérica..... 41

4.2.7 Distribuição de palavras..... 41

4.2.8 Numeração arábico/romana..... 41

4.3 Aspectos materiais..... 42

4.4 Aspectos complementares..... 42

5. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**..... 43

REFERÊNCIAS..... 44

ANEXO A - Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos…… 47

1. INTRODUÇÃO

O Estado do Pará possui diversos acervos de documentos históricos referentes aos períodos colonial, imperial e republicano. Os documentos custodiados pelo Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) detém representantes desses três períodos, a maioria deles manuscritos contendo vocabulário e sinais gráficos diferentes dos atuais. É sobre estes documentos, mais precisamente sobre um documento manuscrito do auto cível de liberdade[1], em que uma mulher negra liberta se apresentava à Justiça e pedia a alforria de seu filho por meio da compra, que a pesquisa ora apresentada se voltará.

Por se tratar de um manuscrito do século XIX, utilizou-se as técnicas da Paleografia, que Leal (1991, p. 16) definiu como o "estudo técnico de textos, na sua forma exterior, que compreende o conhecimento dos materiais e instrumentos para escrever, a história da escrita e a evolução das letras, objetivando sua leitura e transcrição". Segundo Berwanger, Leal (2012) é uma técnica que tem colaborado para a compreensão de documentos produzidos em diversos contextos, seja político, religioso, administrativo e cultural, sendo fundamental para o entendimento da história e cultura das antigas civilizações.

A história de Caetana Antônia e seu filho Januário Ângelo Caetano mostra um emaranhado nas relações construídas durante os períodos colonial e imperial no Brasil, em que a escravização de corpos indígenas e negros, manchou as mãos brancas e as páginas da história com sangue.

À exemplo destes e outros casos de arquivos e/ou fundos de arquivos relativos a direitos humanos, é que o *Internacional Council on Archives* (2016), proclamou a importância dos arquivos e do trabalho dos arquivistas para os povos do mundo. Logo, para contar histórias como estas e outras tantas, é necessário que o arquivista empregue as técnicas e metodologias a fim de analisar os documentos a

---

[1] Bárbara da Fonseca Palha, ao estudar a escravidão de origem africana em Belém, conceituou as ações ou autos cíveis de liberdade como sendo "[...] documentos produzidos com o objetivo de conquistar a liberdade. Um escravizado que havia sido alforriado por seu senhor, sendo o testamento uma das formas mais comuns de manifestação da vontade senhorial, recorria à instância judicial para ratificar a sua condição de liberto, com o objetivo de livrar-se de qualquer ameaça de reescravização. A importância de uma documentação como as ações de liberdade está no sentido de que quando um cativo recorria à justiça, apesar de considerado um ser sem capacidade jurídica, tal prática não era considerada ilegítima, pois a ação passava a tramitar legalmente, mas não sem as reivindicações por parte de possíveis herdeiros prejudicados, havendo muitas vezes a concessão da carta de manumissão ao escravizado, para "o pleno gozo de sua liberdade", funcionando como uma possibilidade para acesso a liberdade e disseminado entre a população escravizada que poderia de maneira individual ou coletiva, com ou sem ajuda de terceiros, arcar com as custas envolvidas em um processo judicial" (PALHA, 2019, p. 33).

partir da complexidade social, conforme apontado nos Princípios Básicos sobre o papel dos arquivistas na defesa dos direitos humanos[2].

A escolha deste tema se deu a partir das experiências acumuladas pela pesquisadora como sendo bacharela e licenciada em História, que desempenhou o ofício entre as salas de aulas e os arquivos[3]. Enquanto discente de Arquivologia houve a oportunidade de estagiar no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP), na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) e no Projeto As mulheres tecedoras de memórias e guardiãs do patrimônio da Cidade de Belém e do Bairro da Campina, do Grupo de Mulheres Prostitutas do Estado do Pará (GEMPAC); a partir das discussões e leituras feitas na disciplina de Paleografia e também pela relevância do documento auto cível, pois demonstra o protagonismo da presença africana na Amazônia, especialmente por se tratar de uma mulher negra liberta que se apresentou à Justiça e pediu a liberdade de seu filho por meio da compra de sua alforria.

O objetivo da pesquisa é realizar a leitura e transcrição paleográfica de um manuscrito de auto cível de liberdade, de 1878, como supracitado. Como objetivos específicos a proposta foi discutir sobre a presença africana na Amazônia a partir do manuscrito a fim de compreender o conteúdo dos documentos a partir da Paleografia.

A pesquisa possui caráter exploratório, baseada em pesquisa bibliográfica e documental. Para realizar a leitura e transcrição paleográfica utilizou-se o Guia para Análise Paleográfica (BERWANGER, LEAL, 2008), o Dicionário de abreviaturas (FLEXOR, 2008) e as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1990) (Ver anexo A), e foram identificados aspectos gráficos evidenciados no manuscritos como: palavras com grafia diferente da atual; uso do hífen; acentuação gráfica (palavras não acentuadas e palavras acentuadas diferentes da grafia atual); relação maiúsculo/minúsculo; dimensão das letras; abreviaturas (sigla simples, mista, letras sobrescritas, sinal especial, arábicas/numéricas); distribuição de palavras e numeração romano/arábica.

---

[2] INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Basic Principles on the role of Archivists and Records Managers in support of Human Rights**, 2016. Disponível em: https://www.ica.org/en/basic-principles-role-archivists-and-records-managers-support-huma-rights . Acesso em: 08 jul .2023.

[3] Atuou como professora pela Secretaria de Estado de Educação do Estado do Pará (SEDUC), na Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC) e em cursinhos pré-vestibular na Região Metropolitana de Belém e em cidades do interior do Estado do Pará.

Dessa forma, o segundo capítulo trata sobre a Paleografia e os pressupostos teóricos e sobre a presença negra na Amazônia. No terceiro capítulo realizou-se a análise técnica utilizando as regras de Paleografia dos manuscritos.

2. PALEOGRAFIA E PRESENÇA NEGRA NA AMAZÔNIA: PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

Para realizar a leitura e transcrição paleográfica de um manuscrito de auto cível de liberdade custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) é necessário apresentar os pressupostos teóricos, como base fundamental. Por isso, nesta seção tratou sobre as temáticas abordadas na pesquisa, a partir das definições de escrita, Paleografia, arquivos permanentes e manuscritos.

2.1 Paleografia

A bibliografia existente apresenta várias definições para a palavra escrita, uma delas provém de Berwanger, Leal (2012, p. 39), quando afirma que "[...] em sentido amplo, a escrita compreende qualquer sistema semiótico de caráter visual e espacial. Em sentido restrito, designa a notação de caráter visual e espacial da linguagem verbal". O fato é que o homem, ao longo de sua existência terrena, sempre registrou, de alguma forma, a sua presença, vide as figuras rupestres que datam do período Paleolítico Superior (40.000 a.C.) (ARRUDA; PILETTI, 2011).

Higounet (2013. p. 10), ao discutir a escrita, afirma que ela é mais que um instrumento. Ela vai além e faz de tal modo parte de nossa civilização que poderia servir de definição dela própria. E chama atenção quando diz que "[...] vivemos os séculos da civilização escrita" e que "todas as sociedades se baseiam nos escritos".

Cagliari (1997, p. 35) ao discutir a leitura e a escrita destaca que a leitura é uma interpretação da escrita e que o ato de ler é condicionado pela escrita, ou seja, leitura e escrita estão intrinsecamente ligadas. Berwanger, Leal (2012, p. 17) afirmam que se trata de uma ciência de decifrar manuscritos, levando em consideração as vicissitudes sofridas pela escrita em todos os séculos e nações. Temos, então, a Paleografia, que segundo Cambraia (2005, p. 23-24)

> constitui-se como ciência bastante relevante para a crítica textual, uma vez que auxilia na fixação da forma genuína de um texto para o que precisa-se decodificar a escrita em que seus testemunhos são lavrados.

Ainda sobre a decodificação da escrita e aproximadamente na mesma direção dos autores citados anteriormente, Spina (1977, apud ANDRADE, 2008/2009, p. 150) abona que a Paleografia é "o estudo das antigas escritas e evolução dos tipos caligráficos em documentos".

A origem da palavra Paleografia vem do grego, *palaios,* antigo, e *graphien*, que significa escrita. Juntas, elas formam a palavra Paleografia, que segundo Dias, Bivar (2005, p. 12) é a ciência que estuda a escrita antiga. Acioli (2003, p. 5) diz que a Paleografia é

> a ciência que lê e interpreta as formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi escrito o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e as outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Cambraia (2005, p. 23), também entende a Paleografia como o "estudo das escritas antigas", mas, por outro lado, modernamente, compreende que ela possui finalidade tanto teórica quanto pragmática:

> Teórica, porque expressa a "preocupação em se entender como se constituíram sócio-historicamente os sistemas de escrita"; pragmática, já que visa à "capacitação de leitores modernos para avaliarem a autenticidade de um documento, com base na sua escrita", além de interpretar de maneira adequada as escritas antigas.

Da mesma forma, Samara (2010) aponta que a Paleografia está identificada com a História da Escrita para o estudo da escrita antiga, que se apresenta sobre os diversos campos gráficos, tais como os suportes moles de escrita: pergaminho, papel, tecidos, papiros, etc. Assim, afirmam também Berwanger, Leal (2012, p. 16) quando dizem que a paleografia

> [...] abrange a história da escrita, a evolução das letras, assim como os instrumentos para escrever e tendo como objetivo estudar as características extrínsecas dos documentos e livros manuscritos, para permitir a sua leitura e transcrição, além de determinação de sua data e origem.

Dias, Bivar (1986, *apud* ANDRADE, 2019, p. 18) sistematizaram uma lista, com a finalidade de ajudar a compreender a importância da ciência da Paleografia. São eles:

> Ensinar a ler corretamente e sem erros todo tipo de documento, tanto antigo como moderno; descrever as letras (forma, traçado, ângulo, módulo, peso); dar a conhecer a evolução da escrita através dos tempos, das nações e dos indivíduos; descrever os sinais estigmológicos (pontuação); determinar o autor, o tempo e o lugar em que o documento foi escrito, descrever sinais ao perito os conhecimentos indispensáveis para saber distinguir os documentos verdadeiros e autênticos dos falsos, deturpados, apócrifos, adulterados, etc.

Sobre o primeiro item da lista supracitada, Blanco (1987, p. 13) chama atenção sobre a importância de se realizar uma boa leitura e transcrição paleográfica. Ele destaca a relevância da Paleografia para a Investigação histórica e

aponta os “inúmeros e clamorosos erros históricos” presentes nas transcrições de alguns documentos brasileiros, que trata sobre os “Tropeiros”. Eles foram sujeitos que durante quatro séculos percorreram estradas transportando mercadorias de todo tipo. Há a afirmação quanto a origem dessa profissão ser brasileira, mas na verdade é espanhola. Segundo Blanco (1987, p. 14), o termo “Tropeiro brasileiro” é “uma cópia literal de ‘arriero’ espanhol, mexicano, peruano, etc.”.

Dessa forma, Blanco (1987, p. 13) define o conceito de Paleografia como sendo “a ciência que ensina a ler corretamente toda a classe de documentos manuscritos ou impressos, abordando também a origem e evolução da escrita” e acrescenta que “[...] é impossível escrever ou mesmo conhecer o mais simples capítulo da história, sem consultar os documentos e, mais impossível ainda, conhecer o conteúdo de qualquer documento histórico, sem saber lê-lo paleograficamente”.

Berwanger, Leal (2012) concluem que a Paleografia é uma ciência de decifração dos manuscritos e é essencial para as atividades arquivísticas, pois a leitura de documentos, por meio da transcrição paleográfica, fornece subsídios para uma classificação e descrição precisas desses manuscritos. É fundamental que seja implementada uma política de gestão documental, pois os documentos precisam estar em condições de manuseio para ser realizada a leitura paleográfica satisfatória.

Por se tratar de um manuscrito é necessário ressaltarmos o papel dos arquivos permanentes, que segundo o Dicionário de Terminologia Arquivística, consiste no “[...] conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor [...]” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34). Bellotto (2004, p. 23) discorrendo sobre essa temática aponta que:

> a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos é recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”, na conhecida acepção do consagrado arquivista francês Charles Braibant. E a chamada teoria das três idades nada mais é que a sistematização dessa passagem.

Segundo Andrade (2019) esses arquivos permanentes são um conjunto de documentos de valor histórico, tendo como função reunir, descrever e consultar, tornando-se úteis para o usuário que dele recorrer. Daí, a importância da

preservação dos documentos que possuem valor histórico ou literário e que o Dicionário de Terminologia arquivística (2004) define como um texto escrito à mão, o que nos suscita também, a importância da Paleografia, que para além da leitura de documentos manuscritos, possui o papel de interpretar os documentos, determinando o tempo e o local de sua redação através de exame sistemático (ANDRADE, 2019, p. 19).

2.2 A Presença negra na Amazônia

O manuscrito de auto cível custodiado pelo APEP de Caetana Antônia, mulher negra liberta, que no ano 1878, se apresentou à Justiça, para pedir em favor de seu filho Januário Ângelo, que sofreu grave castigo a mando de sua senhora. Por meio de técnicas paleográficas, foi realizada a leitura e interpretação do documento.

Quando se ouve falar na Amazônia automaticamente evoca-se a floresta: de vastas terras verdes, repletas de rios e animais. Porém, pouco se lembra das populações que nela habita, seja nas grandes cidades, como nas capitais e regiões metropolitanas, seja nas regiões interioranas. Vale ressaltar que a Amazônia brasileira ocupa nove estados e possui duas grandes metrópoles: Belém e Manaus, com uma densidade demográfica significativa (IBGE, 2020).

Dito isso, todo um discurso histórico sobre vazio demográfico nesta região, que de tempos em tempos era utilizado pelas elites políticas, com finalidades econômicas e de exploração, não possui validade. A ocupação destas terras se deu de várias formas, ao longo dos tempos e em muitas delas, sobretudo nas áreas mais afastadas dos grandes centros, se deu por comunidades extrativistas, pescadores artesanais, agricultores familiares, populações quilombolas, indígenas e demais povos tradicionais. Nas capitais amazônidas observamos um cotidiano semelhante ao de grandes cidades ao redor do mundo com todas as contradições da urbanização.

Voltando ao exercício de evocação, quando se fala sobre os povos amazônidas, outra imagem vem à mente, de forma rápida: a de uma população indígena e mestiça, mas pouco se pensa numa população negra. Por quê? Muitos estudos se dedicaram e ainda se dedicam a responder esta questão para desmistificar esta imagem. Nas décadas de 1990 e 2000, pesquisas realizadas por

Anaíza Vergolino-Henry, Arthur Napoleão Figueiredo[4] e Vicente Salles[5] questionavam a pouca quantidade de estudos voltados para esta temática e criticava a historiografia brasileira por construir e sustentar a ideia de uma Amazônia apenas indígena ou mestiça, salientando a "situação periférica da região em relação ao resto do Brasil e focando exclusivamente na atividade econômica do extrativismo, que usava a mão de obra indígena em oposição à agricultura escravista de *plantation*" (SALLES, 2004).

Segundo Patrícia Alves-Melo (2021), quando se trata de escravidão negra na Amazônia deve-se considerar que houve pouca participação desses sujeitos até o século XVII, mas que a partir de meados do século XVIII, com a mediação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, houve um aumento significativo de escravizados negros.[6]

Estudos realizados por Marley Silva (2020), apontam um fenômeno ocorrido entre os portos de Belém do Grão-Pará e a África, ainda no século XVIII, que se diferenciava da experiência vivida em outros portos do Brasil: o tráfico entre essas localidades era triangular, ou seja, os escravizados que vieram para Belém, eram trazidos "de portos africanos localizados nos extremos do Atlântico: Guiné e Angola". Essas "são algumas peculiaridades que fizeram com que o tráfico transatlântico, nesta região, não pudesse ser definido por modelos explicativos, atribuídos às experiências escravistas de portos como Rio de Janeiro, Bahia e Recife" (SILVA, 2020, p. 18).

Este volume de escravizados vindos para as terras amazônidas continua no século XIX, como destaca Bezerra Neto (2010), quando fala da importância do porto de Belém como protagonista no tráfico entre províncias ou interprovincial; já existente no período colonial, como supracitado, e, que ganhou fôlego com a proibição do tráfico negreiro entre África e Brasil, na década de 1850. Foram milhares de escravizados nascidos em África (chamados boçais) e outros tantos no Brasil (chamados crioulos) envolvidos nessa modalidade de tráfico. Sobre isso, Bezerra Neto (2010, p. 46) destaca que foram muitos:

---

[4] VERGOLINO-HENRY, Anaíza; FIGUEIREDO, Arthur Napoleão. **A presença africana na Amazônia colonial**: uma notícia histórica. Belém, Arquivo Público do Estado do Pará, 1990.
[5] SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.
[6] ALVES-MELO, Patrícia. Por uma história da escravidão africana negra na Amazônia. In: **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. ALVES-MELO, Patrícia (Orgs.) Coleção PPGH, vol. 5. 2. Ed. Curitiba: CRV, 2021.

> [...] os envolvidos nessa modalidade de tráfico e transportados de forma compulsória em navios ao longo da costa brasileira, pelo menos a grande maioria deles por via marítima. O tráfico interprovincial, que existiu legalmente até ser proibido pela Lei de 28 de setembro de 1885 (Lei Saraiva Cotegipe ou dos Sexagenários), foi importante fornecedor de trabalhadores escravos (*sic*) para as áreas de expansão do café no sudeste brasileiro, havendo, no entanto, outros mercados regionais importadores de escravos (*sic*) dentro do Brasil. Entre eles o Pará, província que nos finais da escravidão, na década de 1880, através do porto da cidade de Belém, se tornou um dos mais importantes centros de importação de escravos (*sic*) de outras regiões brasileiras, principalmente da província vizinha do Maranhão.

Os migrantes cativos trazidos para cá exerciam vários trabalhos na capital Belém. Eram usados como escravizados urbanos ou levados para outras localidades para serem “agrícolas”, ou seja, trabalhadores rurais em áreas interioranas. É o que afirma Bezerra Neto (2010, p. 52), quando diz que esses cativos poderiam ficar na capital ou voltar ao porto de Belém para mais uma viagem, mas ainda ficariam na Amazônia, pois eram enviados para diversas regiões: Óbidos, Marajó, Baixo Amazonas, Amapá/Mazagão, Nordeste do Pará e, principalmente para a região do Baixo Tocantins.

Sobre essa demanda de escravizados para as áreas interioranas da Amazônia, a historiadora Roberta Tavares (2022), chama a atenção para quantidade de populações negras escravizadas, durante o século XIX, que habitavam as margens de rios e igarapés da região Guajarina e do Baixo Tocantins, no nordeste paraense, tal qual afirmou Bezerra Neto (2010), quando mencionou o destino principal daqueles que partiam do porto de Belém para regiões interioranas.

Tavares (2022) conta que essa região por ser densamente habitada por escravizados, houve época em que a quantidade de cativos superou as de pessoas livres, como foi o caso da “freguesia de São Domingos da Boa Vista, na região do Capim, ultrapassando os 54%”, seguida de “Igarapé-Miri, com 51,5%, o rio Moju, com 54,7% e o rio Bujaru, com 53,4% da população escravizada”.

É justamente diante desse cenário que destacamos aqui a história de Caetana Antônia que recorre à autoridade policial e narra que seu filho Januário Ângelo Caetano, era escravizado por Maria Pinheiro de Souza, moradora do distrito de São Domingos de Boa Vista, no rio Capim, e que havia sofrido severo castigo a mando desta senhora. Diante de tal horror e por receio de seu filho sofrer mais ainda

ou mesmo perder a vida, Caetana pede às instituições públicas que lhe imputem um valor a fim de comprar a alforria de Januário.

Esta é uma dentre tantas histórias de mulheres negras que lutaram pela liberdade no período da escravização, de forma individual, como a protagonista do manuscrito, ou coletiva, como o caso de uma negra conhecida por rainha Ngola, que na década de 1830, liderou um mocambo, com aproximadamente 1.900 pessoas, há 17 dias de distância a partir de Belém (FERREIRA, 2010, p. 55).

3. O ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP) E UM MANUSCRITO AUTO CÍVEL DE LIBERDADE (1878)

Os resultados da pesquisa são apresentados de acordo com os objetivos do estudo. O documento foi decifrado e destacados seus respectivos grafismos, materiais e aspectos complementares. A seção está dividida da seguinte forma: em um primeiro momento apresenta-se o histórico da instituição custodiadora e em seguida realizou-se a análise paleográfica dos documentos.

3.1 Histórico da Instituição custodiadora

O Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) guarda o maior acervo histórico da Amazônia, com aproximadamente 2.000 metros lineares, com cerca de 4 milhões de documentos, produzidos e recebidos nas esferas administrativa, legislativa e judiciária da região. Esses escritos ajudam a compreender todas as relações humanas, culturais, políticas e econômicas que a Amazônia vem passando ao longo dos anos, desde o período Colonial até o período republicano (TORII, 2016).

Em 1894, o governo de Lauro Sodré comprou o prédio que funcionava o Banco Comercial do Pará e depois de uma reforma em que foram adquiridas estantes de aço, mesas, cadeiras e armários, foi inaugurada a Biblioteca e Arquivo Público, em 1901, sob o governo de Augusto Montenegro (TORII, 2016).

Os pós I e II Guerras Mundial foram um marco para os arquivos do mundo inteiro devido a quantidade crescente de documentos. E aqui na Amazônia, com o APEP não foi diferente. Ainda houve a questão da economia da borracha somado às várias mudanças no Estado e de administração, em que vários órgãos estaduais foram extintos e a documentação recolhida ao Arquivo Público. Consequentemente, a massa documental produzida pelos órgãos do Judiciário, Legislativo e Executivo cresceu e a documentação passou a ocupar o sótão e porão do prédio, o que deteriorou alguns documentos (APEP, 2023)

Em meados de 1986 a Biblioteca Pública Arthur Vianna foi transferida para o prédio recém inaugurado no Centro Cultural Tancredo Neves, atual Fundação Cultural do Pará e em 1989 houve uma reforma para melhor adaptar as instalações do Arquivo Público. Em 2015 se iniciou uma nova intervenção que incluiu a reforma total do prédio, sendo reinaugurado em 2017 (APEP, 2023). Ao longo do tempo, não somente o prédio passou por reformulações, mas também a administração, no

tocante à documentação, com a implementação da gestão documental, para melhor se adequar às modernas técnicas arquivísticas (APEP, 2023)

O APEP possui o setor de documentação permanente, responsável pelo gerenciamento, controle e tratamento intelectual e técnico da documentação; o setor de Pesquisa, que elabora e realiza a pesquisa histórica e cultural de apoio institucional, auxilia a pesquisa mais ampla solicitada pela administração pública, produz verbetes dos documentos, desenvolve buscas, transcrições e certificação da veracidade de documentos e a necessidade da emissão; o laboratório de preservação e conservação realizada a intervenção dos documentos com a higienização, reparos e aplicação de técnicas para recuperação dos acervos documentais, cartográficos, iconográficos e bibliográficos; a digitalização de documentos é onde se identifica, higieniza, organiza descreve e torna possível o acesso do documento e, por fim, o atendimento ao público, onde se faz a consulta aos documentos pelo público em geral. Cumprindo assim a missão do APEP que é resguardar, preservar, disponibilizar o acervo histórico (APEP, 2023).

A partir da documentação do APEP é possível compreender como se deu a ocupação da Amazônia pelos portugueses, as múltiplas vivências dos europeus com os grupos indígenas, entender a introdução das várias etnias africanas na região, a entrada dos inúmeros imigrantes, compreender os conflitos e revoltas e as muitas transformações políticas, econômicas e culturais entre os séculos XVII ao XXI (TORII, 2016).

3.2 Análise Paleográfica do Documento

Para realizar a análise paleográfica é necessário seguir as regras de transcrição por meio de normas atualizadas, por meio do Guia para Análise Paleográfica (BERWANGER, LEAL, 2008), o Dicionário de abreviaturas (FLEXOR, 2008) e as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1990) (Ver anexo A), que deram suporte para a realização do estudo paleográfico do manuscrito.

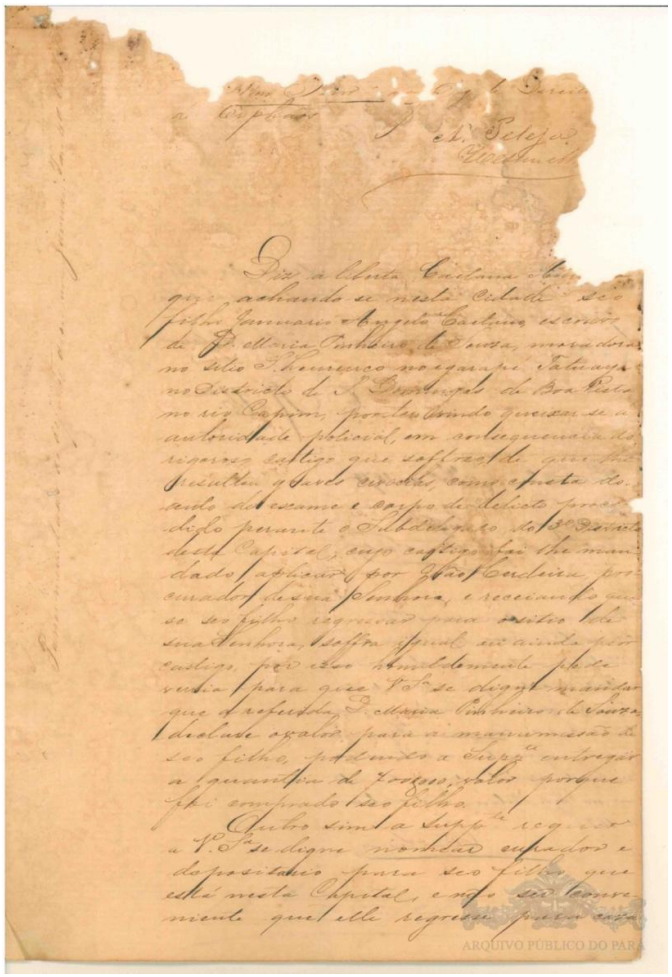
O documento é cópia fac-símile (digitalizada) custodiado pelo APEP e o foi identificado, neste trabalho, Manuscrito Fólio 1 e Manuscrito Fólio 2. Apresentou-se o modelo presente no item 7.1 das Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos (1990) e realizamos a transcrição linha por linha.

3.2.1 Manuscrito

Assunto: Auto Cível de liberdade.
Local: Belém.
DATA: 28 de setembro de 1878
Arquivo Público do Estado do Pará
Referência: BRPAAPEP.JDSV.AULES.CX0021.P012.D004.003.jpg; e o manuscrito original pertence ao Fundo JDSV; Série AULES; Caixa 0021.

No Fólio 1 do manuscrito Caetana Antônia, negra liberta, se apresenta ao órgão de Polícia com o intuito de pedir vênia pela vida de seu filho Januário Ângelo, cuja dona é a senhora Maria Pinheiro de Souza, moradora do Distrito de Boa Vista do rio Capim. Na ocasião a suplicante pede-se que impute um valor a fim de comprar-lhe a alforria.

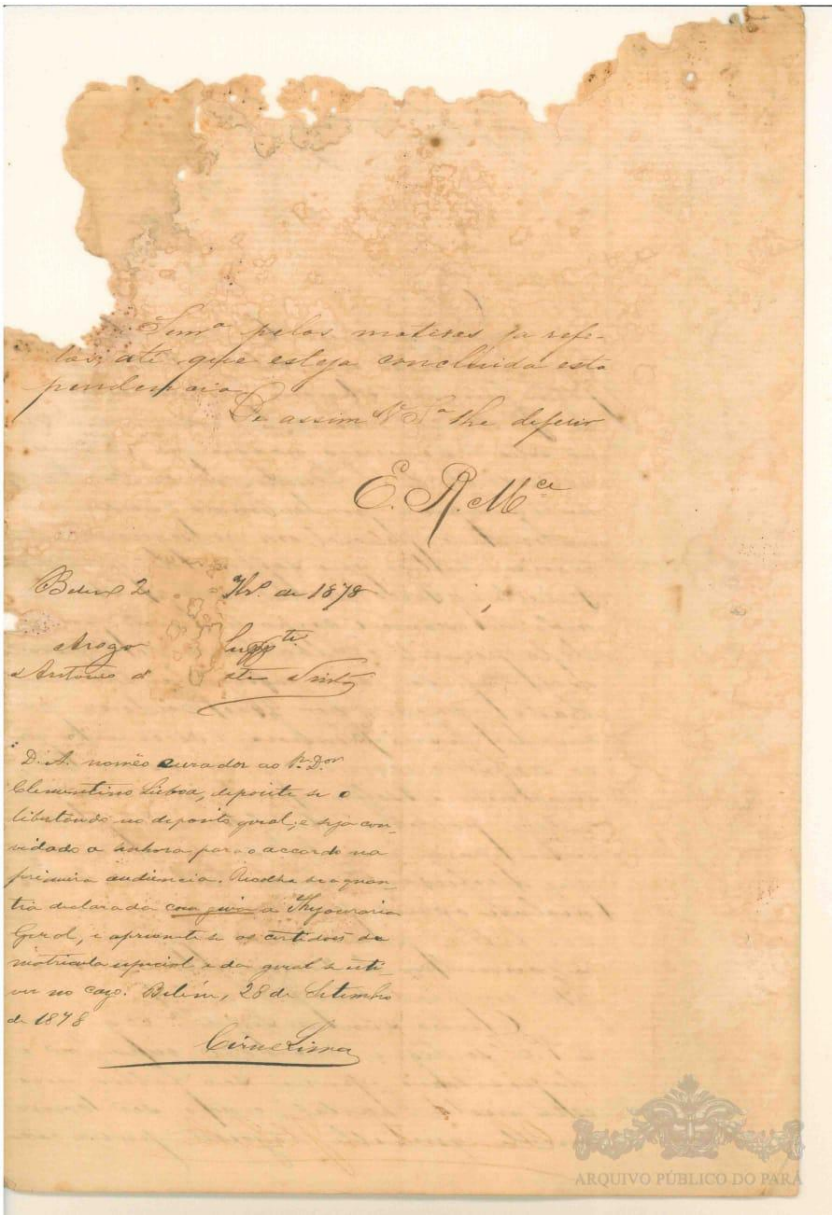
Figura 1 – Manuscrito - Fólio 1



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, 2023.

No Fólio 2 do manuscrito observou-se a conclusão do pedido de Caetana Antônia e mais abaixo a resposta de sua súplica.

Figura 2 – Manuscrito - Fólio 2



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, 2023.

Na próxima seção realizou-se a transcrição do documento conforme as técnicas paleográficas.

4. TRANSCRIÇÃO

O documento trata do pedido da liberta[7] Caetana em favor de seu filho escravizado Januário que sofreu grave castigo, e com receio que ele sofra um pior pede vênia para que a Justiça determine à senhora que detém a posse de Januário Ângelo, determine a quantia para que se possa comprar a manumissão dele.

[Fólio 1]

1. Diz a liberta Caitana An [corroída 1 linha]
2. que achando-se nesta Cidade seo
3. filho Januario Angelo Caetano, escravo
4. de Dona Maria Pinheiro de Souza, moradora
5. no sitio São Lourenço no igarapé Tatuaya
6. no Districto de São Domingos de Boa Vista
7. no rio Capim, por ter vindo queixar-se á
8. autoridade policial, em consequencia do
9. rigoroso castigo que soffreo, de que lhe
10. resultou graves civicias, como conta do
11. auto do exame e corpo de delicto proce-
12. dido perante o Subdelegado do 3º Districto
13. desta Capital, cujo castigo foi lhe man-
14. dado aplicar por João Cerdeira, pro-
15. curador de sua Senhora, e receiando que
16. se seo filho regressar pra o sitio de
17. sua Senhora, soffra igual ou ainda peor
18. castigo, por isso humildemente pede
19. vênia para que Vossa Senhoria se digne mandar
20. que a deferida Dona Maria Pinheiro de Souza,
21. declare o valor para a manumissão de
22. seo filho, podendo a Supplicante entregar
23. a quantia de 700$000, valor porque

[7] Jorge Viana Santos, ao analisar cartas de liberdade ou cartas de alforria, conceituou os termos liberto ou forro, como sendo “aquele ou aquela, quando escravizado, “muda seu status ao adquirir a sua liberdade e recebia o nome de forro ou liberto” (SANTOS, 2008, p. 24).

24. foi comprado seo filho
25. Outro sim a Supplicante requer
26. a Vossa Senhoria se digne nomear curador e
27. depositário para seo filho que
28. está nesta Capital, e não ser conve-
29. niente que ele regresse para caza

[Fólio 2]

30. [da] Senhora pelos motivos ja refe-
31. ridos, até que esteja concluida esta
32. pendencia.
33. Se assim Vossa Senhoria lhe deferir
34. Espera Receber Merce
35. Belem 2 [corroída 1 linha] Setembro de 1878
36. A rogar [corroída 1 linha] Supplicante
37. Antonio d [corroída 1 linha] [ilegível]
38. Defiro Ação nomêo curador ao Procurador Doutor
39. Clementino Lisboa, deposite se o
40. Libertando no deposito geral; e seja con-
41. vidado a senhora para o accordo na
42. primeira audiencia. Ricolha se a quan-
43. tia declarada com guia a Thezouraria
44. Geral, e apresente se as certidoẽs da
45. matricula especial e da geral se esti-
46. ver no cargo. Belém, 28 de Setembro
47. de 1878
48. [ilegível]

4.1 COMENTÁRIOS PALEOGRÁFICOS

Ao analisar o documento identificou-se diversas características destacadas aqui: o documento apresenta escrita humanística processada cursiva, na maioria das vezes com traçados sem descanso das mãos, apresentando a união de termos, com inclinações da esquerda para a direita. Há a presença de letras maiúsculas e

minúsculas duplicação de consoantes. O escriba utiliza hífen simples para indicar quebra de palavras, a pontuação raramente é utilizada (ponto final e vírgulas somente), o que pode causar interpretações diversas (BERWANGER, LEAL, 2012); e há pouco uso dos sinais diacríticos (acentos agudo e til). O primeiro parágrafo é muito longo, apresentando 24 linhas. O manuscrito apresenta diversas abreviaturas. A data e o local encontram-se ao final do documento.

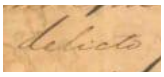
4.2 IDENTIFICAÇÃO DOS ASPECTOS GRÁFICOS

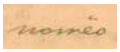
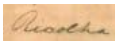
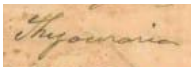
Neste item introduziu-se os aspectos gráficos identificados no documento analisado, incluindo o tipo, traçado da letra, a distribuição das palavras, pontuação, acentuação, abreviaturas e demais aspectos a seguir.

4.2.1 Palavras com grafia diferente da atual

Aqui destaca-se as palavras com grafia diferente da ortografia atual da língua portuguesa, bem como a duplicação de consoantes, conforme o Quadro 1.

Quadro 1 – Palavras com grafia diferente

Manuscrito	Transcrição	Linha (s)
	<seo>	(2.16.22.24.27)
	<Districto>	(6.12)
	<soffreo>	(9)
	<delicto>	(11)
	<soffra>	(17)
	<peor>	(17)
	<vênia>	(19)
	<supplicante>	(22.25)

	<elle>	(29)
	<caza>	(29)
	<nomêo>	(38)
	<accordo>	(41)
	<Ricolha>	(42)
	<Thezouraria>	(43)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Ao analisar o Quadro 1, percebe-se que há traços da oralidade nas palavras “seo” (linhas 2.16.22.24.27) e “Ricolha” (linha 42), “nomêo” (linha 38) e “caza” (linha 29). Além disso, nota-se a presença de letras duplicadas nas palavras “suplicante” (linhas 22.25), “soffreo (linha 9) e “soffra (linha 17)” (ANDRADE, 2008/2009, p. 156).

4.2.2 Uso de hífen

Usa-se o hífen simples para dar continuidade em outra linha, ou seja, é realizado uma divisão silábica, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2 – Hífen simples.

Manuscrito	Transcrição	Linha
	<man->	(13)
	<pro->	(14)
	<conve->	(28)
	<refe->	(30)
	<con->	(40)
	<quan->	(42)

	<esti->	(45)

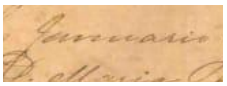
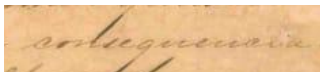
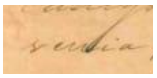
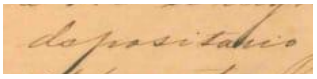
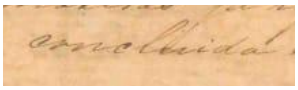
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

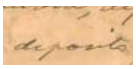
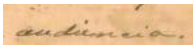
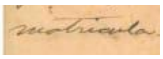
Observou-se que há um conhecimento por parte do escriba ao realizar a separação silábica e em relação à quebra de palavras, observamos que a escrita cursiva se mantém ao se iniciar uma palavra numa linha e finda na outra, utilizando o hífen para separar as sílabas (FLEXOR, 2013).

4.2.3 Acentuação gráfica

Em conformidade à acentuação, identificou-se palavras que não foram acentuadas, conforme o Quadro 3 e palavras acentuadas de forma diferente da grafia atual, como mostra o Quadro 4.

Quadro 3 – Palavras não acentuadas

Manuscrito	Transcrição	Linha (s)
	<Januario>	(3)
	<Angelo>	(3)
	<sitio>	(5.16)
	<consequencia>	(8)
	<civicias>	(10)
	<venia>	(19)
	<depositario>	(27)
	<concluída>	(31)
	<pendencia>	(32)

	<Belem>	(35)
	<Antonio>	(37)
	<deposito>	(40)
	<audiencia>	(42)
	<matricula>	(45)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Segundo Berwanger, Leal, 2012, raramente se utilizava os sinais diacríticos (acentos agudo e til). No Quadro 4 observa-se palavras acentuadas de forma diferente da grafia atual.

Quadro 4 – Palavras acentuadas de forma diferente da grafia atual

Manuscrito	Palavra	Linha
	Á	(7)
	<certidoẽs>	(44)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

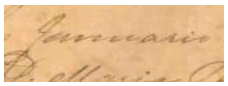
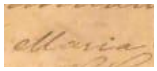
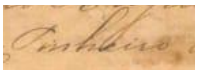
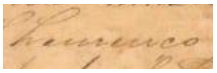
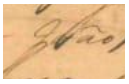
A ocorrência de palavras acentuadas de forma diferente da grafia atual reforça a avaliação de que o escriba ou copista encontrava-se muitas vezes indeciso quanto a que decisão tomar (ANDRADE, 2008/2009, p. 169).

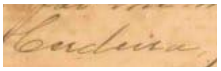
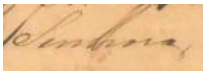
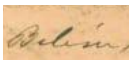
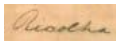
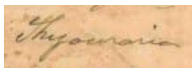
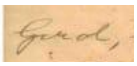
4.2.4 Relação maiúsculas/minúsculas.

O autor faz uso das maiúsculas em nomes de localidades; em nomes próprios; em cargos, em pronomes de tratamento, em início de frases e a cada novo parágrafo (Quadro 5).

Quadro 5 – Letras Maiúsculas

Manuscrito	Transcrição	Linha (s)
	<Diz>	(1)

	<Caetana>	(1)
	<Januario>	(3)
	<Angelo>	(3)
	<Maria>	(4.20)
	<Pinheiro>	(4.20)
	<Souza>	(4.20)
	<Lourenço>	(5)
	<Tatuaya>	(5)
	<Districto>	(6.12)
	<Domingos>	(6)
	<Boa>	(6)
	<Vista>	(6)
	<Capim>	(7)
	<Subdelegado>	(12)
	<Capital>	(13.28)
	<João>	(14)

	<Cerdeira>	(14)
	<Senhora>	(15.17)
	<Outro>	(25)
	<Se>	(33)
	<Belém>	(35.46)
	<Antonio>	(37)
	<Clementino>	(39)
	<Lisboa>	(39)
	<Ricolha>	(42)
	<Trezouraria>	(43)
	<Geral>	(44)
	<Setembro>	(46)

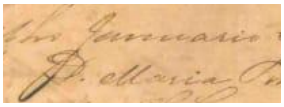
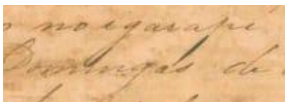
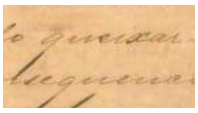
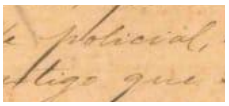
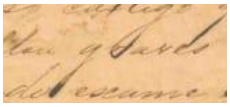
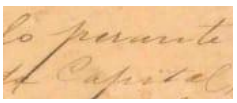
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

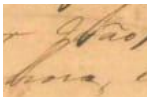
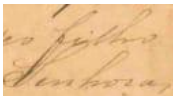
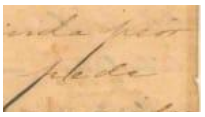
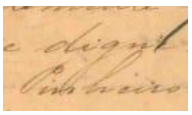
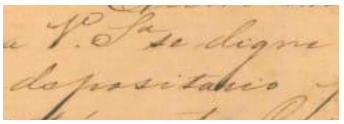
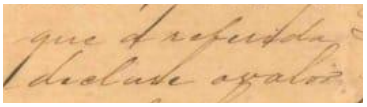
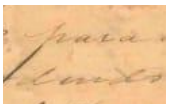
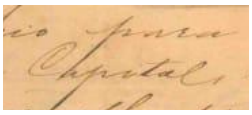
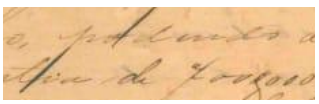
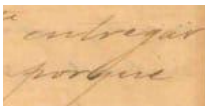
Como observado no quadro acima, há uma grande quantidade de palavras com letras maiúsculas. Destacamos a palavra “Diz” (Linha 1), por apresentar arabescos, como recurso ornamental (ANDRADE, 2008/2009, p. 197).

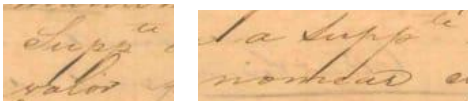
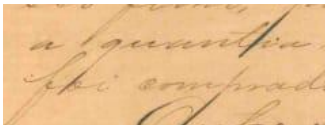
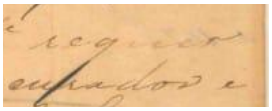
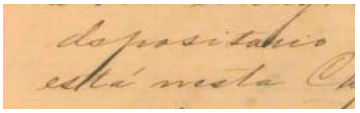
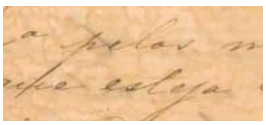
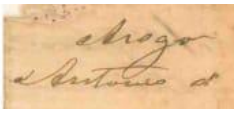
4.2.5 Dimensão das letras

O manuscrito apresenta letras com hastes inferiores, que podem prejudicar a leitura, visto que tais traçados avançam a linha inferior, como observamos no Quadro 6.

Quadro 6 – Dimensão das palavras

Manuscrito	Palavra	Linha (s)
	<Januario>	(3.4)
	<Angelo>	(3.4)
	<igarapé>	(5.6)
	<Tatuaya>	(5.6)
	<Capim>	(7.8)
	<queixar>	(7.8)
	<policial>	(8.9)
	<castigo>	(9.10) (13.14) (18.19)
	<que>	(9.10) (31.32)
	<graves>	(10.11)
	<corpo>	(11.12)
	<perante>	(12.13)

	<Subdelegado>	(12.13)
	<João>	(14.15)
	<pro->	(14.15)
	<filho>	(16.17) (27.28)
	<igual>	(17.18)
	<peor>	(17.18)
	<pede>	(18.19)
 	<digne>	(19.20) (26.27)
	<referida>	(20.21)
 	<para>	(19.20) (21.22) (27.28)
	<podendo>	(22.23)
	<entregar>	(22.23)

	<Supplicante>	(22.23) (25.26)
	<quantia>	(23.24)
	<comprado>	(24.25)
	<requer>	(25.26)
	<depositário>	(27.28)
	<pelos>	(30.31)
	<rogar>	(36.37)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Observa-se que há a inclinação do traçado das letras, à direita, o que denota uma habilidade por parte do escriba ou copista e também caracterizando o texto como elegante, apesar das hastes das letras avançarem os limites das pautas.

4.2.6 Abreviaturas

Segundo Costa (2006) as abreviaturas podem ser classificadas segundo a natureza do sinal: por sinal geral, por sinal especial, notas tironianas ou taquigráficas e abreviaturas numéricas. Existem, ainda, as subdivisões das abreviaturas. Destacou-se aqui as abreviaturas por sigla simples, mista, por letras sobrescritas, por sinal especial e numéricas.

4.2.6.1 Sigla simples

A sigla consiste na abreviação da palavra pela letra inicial maiúscula seguida pelo ponto e se apresenta por apenas uma letra. Observe o Quadro 7.

Quadro 7 – Sigla simples

Manuscrito	Transcrição	Linha (s)
	<Dona>	(4.20)
	<São>	(5.6)

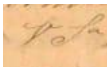
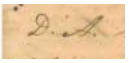
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

As palavras “Dona” (linhas 4.20) e “São” (linha 5.6) são muito comuns nos manuscritos, pois eram hábitos ou convenções utilizadas para que a escrita fosse realizada de forma mais ágil e rápida. Essas abreviaturas são utilizadas até os dias atuais (ANDRADE, 2008/2009, p. 192).

4.2.6.2 – Abreviatura mista

Esta escrita se apresenta pela presença de apócope ou pela síncope, que é a abreviatura por suspensão numa mesma palavra, conforme evidencia o Quadro 8.

Quadro 8 – Abreviatura mista

Manuscrito	Transcrição	Linha (s)
	<Vossa Senhoria>	(19.26.33)
	<Espera Receber Merce>	(34)
	<Defiro Ação>	(38)
	<Procurador Doutor>	(38)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

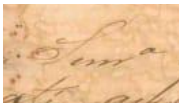
Por se tratar de um manuscrito de auto cível, encontra-se alguns termos próprios da área jurídica, como “Defiro Ação” (linha 38) e “Procurador Doutor” (linha

38). A abreviatura destes termos é chamada mista por se tratar da supressão de dois ou mais termos.

4.2.6.3 – Abreviatura por letras sobrescritas

Caracteriza-se pela sobreposição da última ou das últimas letras da palavra, conforme o Quadro 9.

Quadro 9 – Letras sobrescritas

Manuscrito	Transcrição	Linha (s)
	<Supplicante>	(22.25.36)
	<Senhora>	(30)
	<Setembro>	(35)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Abreviava-se também para economizar espaço ao escrever um documento, devido a raridade e a carestia dos insumos para a escrita (COSTA, 2006).

4.2.6.4 – Por sinal especial

Caracteriza-se pela presença de um sinal situado ao início, meio ou final da palavra abreviada, como observa-se no Quadro 10.

Quadro 10 – Sinal especial

Manuscrito	Transcrição	Linha
	<mil>	(23)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Segundo Costa (2006, p. 20) esta forma de abreviar indica os elementos ausentes.

4.2.6.5 – Abreviaturas arábicas/numéricas

As letras *o* e *a* maiúsculas ou minúsculas são utilizadas junto aos numerais ou a terminação, conforme Quadro 11.

Quadro 11 – Abreviaturas numéricas

Manuscrito	Transcrição	Linha
	<terceiro>	(12)

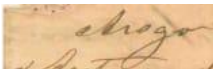
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Acioli (2003, p. 45-48) afirma que o excesso de abreviatura provém da escassez e custo alto de tintas, penas e papel. Mas também pode ser por hábito ou convenção da época em que o manuscrito foi produzido.

4.2.7 Distribuição das palavras.

No documento, identifica-se união de termo e o desmembramento de palavras em sílabas, como mostra o Quadro 12.

Quadro 12 – União de termos

Manuscrito	Transcrição	Linha
	<A rogar>	(36)

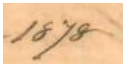
Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Segundo ANDRADE (2008/2009, p. 155) “o período fonético coincide com a frase arcaica do português”. Documentos produzidos no século XVI até o início do XX possuem a característica da “busca da facilitação da leitura”. Por isso, muitas vezes, as palavras são escritas da forma como se fala. Foneticamente, as palavras “A” e “rogar” (linha 36), permite fazer essa junção. Logo, a escrita desta maneira no documento.

4.2.8 Numeração romano/arábica

O manuscrito apresenta números arábicos na metade e ao final do Fólio 2 indicando data (ano) (Quadro 13).

Quadro 13 – Numeração romano/arábica

Manuscrito	Transcrição	Linha (s)
	<28>	(35.46)
	<1878>	(35.47)

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

No documento identifica-se numeração arábica para identificar a data (dia, mês e ano). Segundo Berwanger, Leal (2008, p. 75) os números arábicos se popularizaram a partir do século XVI, depois que os romanos perderam o domínio socioeconômico e territorial para os árabes.

4.3 ASPECTOS MATERIAIS

O suporte utilizado para escrita do documento foi o papel de celulose sem pautas, com dimensões não especificadas. Foi utilizado pena de ave para escrever e tinta ferrogálica preta que, ao longo do tempo, devido ao processo de oxidação do sulfato de ferro contido, as letras ganham tom amarronzado. Segundo Mello e Krüger (2017) esse processo dificulta a leitura, pois quando escrita em ambos lados da lauda, a tinta pode ultrapassar e prejudicar a visualização. Em outras vezes pode até danificar o documento, perfurando-o (BERWANGER, LEAL, 2012).

4.4 ASPECTOS COMPLEMENTARES

O documento é datado de 28 de setembro de 1878. Originário da capital Belém, estado do Pará. Os fólios são originais. A relação desse manuscrito com o autor é alógrafo (escrito por alguém em nome de outra pessoa) e autografado. Está disponível na versão digital sob a referência BRPAAPEP.JDSV.AULES.CX0021.P012.D004.003.jpg; e o manuscrito original pertence ao Fundo JDSV; Série AULES; Caixa 0021, pertence ao Arquivo Público do Estado do Pará.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aborda a importância da escrita que vai além de um conjunto de signos gráficos. Ela acompanha e se funde à existência humana. É um poderoso instrumento de comunicação que registrou e registra histórias das mais diversas sociedades. Dominar a escrita como um todo é um instrumento de poder que muitos não tinham (e ainda não detém). Não era cultura do colonizador português e de seus descendentes alfabetizar os escravizados trazidos de África, nem os negros escravizados nascidos aqui. Por isso, o manuscrito que foi analisado não foi feito pelo punho de Caetana. Um escrivão de órgão público o fez.

Para compreender a história de Caetana e seu filho Januário, a Paleografia foi instrumento *sine qua non*, que permitiu utilizar suas regras de leitura e transcrição e analisar toda a complexidade social, o tempo e espaço apontados no manuscrito.

Com isso, o objetivo proposto neste estudo foi contemplado por meio da transcrição e da análise paleográfica do manuscrito de auto cível de liberdade custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Pará que possui um importante papel histórico e social para a história da Amazônia e do Brasil.

Como resultados da pesquisa foi identificado a grafia da época, levando em consideração o tipo de letra, a forma própria de escrita, a relação de palavras com uma grafia diferente da atual, a identificação e desenvolvimento de abreviaturas, o suporte, o tipo de tinta e o instrumento de escrita. No que tange aos aspectos complementares, fizemos a relação do autor e do solicitante com o manuscrito, a data, a procedência e o espaço.

A grande massa documental em arquivos permanentes no estado do Pará é uma realidade nas mais diversas instituições públicas e privadas e os estudantes de arquivologia, bem como os profissionais desempenham importante papel na gestão documental. Por isso, é importante registrar que uma das atribuições da profissão de arquivista, descrita pela Lei nº 6.546/1978, “refere-se ao desenvolvimento de estudos de documentos culturalmente importantes” (BRASIL, 1978).

Sendo assim, almejamos que esta pesquisa inspire outras pesquisas na área e incentive os arquivistas a aplicar seus conhecimentos na atividade profissional por meio das ferramentas operativas que a Paleografia oferece para que o objetivo de proporcionar a classificação, descrição e difusão de um documento seja realizado com sucesso.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, V. L. C. (2003) **A escrita no Brasil colônia**: um guia para leitura de documentos manuscritos. 2. Ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.

ALVES-MELO P. Por uma história da escravidão africana negra na Amazônia. In: **O fim do silêncio**: presença negra na Amazônia. ALVES-MELO, Patrícia (Orgs.) Coleção PPGH, vol. 5. 2. Ed. Curitiba: CRV, 2021.

ANDRADE, E. A. de. **Aspectos paleográficos em manuscritos dos séculos XVIII e XIX**. Filol. Linguíst. Port., n. 10-11, p. 149-172, 2008/2009.

ANDRADE, E. A. M. **Análise paleográfica de manuscritos do acervo do Insituto de Terras do Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Universidade federal do Pará. Belém, 2019.

ARQUIVO NACIONAL, **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 34.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP). O **Arquivo Público do Estado do Pará. Belém**, 15 de jun. 2023. Instagram: @arquivoestadopa. Disponível em: https://instagram.com/arquivoestadopa?igshid=MzRlODBiNWFlZA==. Acesso em 15 jun. 2023.

BELLOTTO, H.L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 2004.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3ª ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

BEZERRA NETO, J. M. Migrantes do cativeiro: o tráfico entre províncias e os escravos ingressos no Pará, século XIX. In: **Migrações na Amazônia**. CANCELA, D. C; CHAMBOULEYRON, R. (Orgs.). Belém: Açaí/Centro de Memória da Amazônia/PPGA, 2010.

BLANCO, R. R. (1987) **Estudos Paleográficos**. São Paulo: Laserprint.

BRASIL. **Lei 6.546**, de 4 de Julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, jul. 1978. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970_1979/L6546.htm>. Acesso em 01 jun 2023.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e Linguística**. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CAMBRAIA, C. N. (2005) **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes.

COSTA, R. F. **Abreviaturas**: simplificação ou complexidade da escrita. Revista Histórica, 2006, 15-23.

DIAS. M. M; BIVAR, V. dos S. B. (2005) Paleografia para o período colonial. In: **Paleografia e fontes do período colonial brasileiro**. Estudos CEDHAL, Nova Série nº 11. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, p. 11-38.

FERREIRA, E. R. **Guerra sem fim**: mulheres na trilha do direito à terra e ao destino dos filhos (Pará/1835-1860). São Paulo: Tese de Doutorado PUC/SP, 2010.

FLEXOR, M. H. O. **Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. HIGOUNET, C. História concisa da escrita. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

INTERNACIONAL COUNCIL ON ARCHIVES. **Basic Principles on the role of Archivists and Records Managers in support of Human Rights**, 2016. Disponível em: https://www.ica.org/en/basic-principles-role-archivists-and-records-managers-support-huma-rights. Acesso em: 08 jul. 2023.

MELLO, D. M. de, & KRÜGER, A. C. (2017). Análise das características paleográficas de manuscritos do vice-rei para a Câmara Municipal da ilha de Santa Catarina (1781 – 1789). ***ÁGORA:*** *Arquivologia Em Debate*, *27*(54), 254–280. Recuperado de https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/647. Acesso em: 28 mai. 2023.

PACHECO, A.S.; TORII, L. Um Guardião em Teias: Caminhos e Sentidos na Criação do Arquivo Público do Pará. Americania. **Revista de Estudios Latinoamericanos de la Universidad Pablo de Olavide de Sev**illa, v. 2, p. 216-258, 2015.

PALHA, B. da F. **Escravidão de origem africana em Belém**: um estudo sobre demografia, mestiçagem, trabalho e liberdade (c. 1750 - c. 1850). Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019, p. 33.

SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SAMARA, E. de M. **Paleografia, documentação e metodologia histórica** (Org.) São Paulo: Humanitas, 2010.

SANTOS, J. V.. Liberdade na escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP, 2008.

SILVA, M. A. S. da. **Nas correntes do Atlântico Norte e Sul**: Tráfico de escravizados para Belém do Grão-Pará (1777-1841). Belém, 2020, 237 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2020. Disponível em <https://pphist.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/teses/2020/SILVA_Marley_Tese.pdf>. Acesso em 14 jun. 2023.

SPINA, S. (1977) **Introdução à edótica**: crítica textual. São Paulo: Cultrix/Edusp.

TAVARES, R. **Nas margens da liberdade**: lutas negras em igarapés e rios amazônicos. Portal Geledés, 2022. Disponível em https://www.geledes.org.br/nas-margens-da-liberdade-lutas-negras-em-igarapes-e-rios-amazonicos/. Acesso em 09 jun. 2023.

TORII, L. da S. **O guardião da memória do estado do Pará**: acesso à informação e política na criação do arquivo público do estado do Pará (1894-1906). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2016.

VERGOLINO-HENRY, A.; FIGUEIREDO, A. N. **A presença africana na Amazônia colonial**: uma notícia histórica. Belém, Arquivo Público do Estado do Pará, 1990

ANEXO A – NORMAS TÉCNICAS PARA TRANSCRIÇÃO E EDIÇÃO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS

Durante o I Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, realizado em São Paulo, nos dias 28 e 29 de novembro de 1990, foram preconizadas as normas técnicas para transcrição e edição de documentos manuscritos. Na ocasião, tais normas foram elaboradas por Antônio Houaiss (da Academia Brasileira de Letras), Heloisa Liberalli Bellotto (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo), Jaime Antunes da Silva (do Arquivo Nacional), João Eurípides Franklin Leal (da universidade do Rio de Janeiro), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Roseli Santaella Stella (Faculdade Cruzeiro do Sul de São Paulo) e Yêdda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

O objetivo dessas normas era fixar diretrizes, critérios e convenções para padronizar as edições paleográficas, com vistas a uma apresentação racional e uniforme das mesmas.

Em 16 e 17 de setembro de 1993, durante o II Encontro Nacional de Normatização Paleográfica e de Ensino de Paleografia, também em São Paulo, deuse a reformulação das normas anteriores elaboradas. A comissão de Sistematização e Redação esteve assim constituída: Ana Lúcia Louzada Werneck (da Fundação Biblioteca Nacional), Ana Regina Berwanger (da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Carlos de Almeida Prado Bacellar (da Divisão de Arquivo do Estado de São Paulo), Gracilda Alves (do Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro), José Marques (da Universidade do Porto, Portugal), João Eurípides Franklin Leal(da Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO), Marcelo Meira Amaral Bocaciovas (da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia – ASBRAP), Maria Helena Ochi Flexor (da Universidade Federal da Bahia), Vítor Manoel M. da Fonseca (do Arquivo Nacional), Wanderley dos Santos (do Arquivo Histórico Municipal de Franca, São Paulo) e Yêdda Dias Lima (do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo).

Por conseguinte, as normas aprovadas que passaram a vigorar a partir de 1993. a) Grafia Quanto à grafia, seguir-se-ão os seguintes critérios:

1.1 Serão separadas as palavras grafadas unidas indevidamente e serão unidas as sílabas ou letras grafadas separadamente, mas de forma indevida. Excetuam-se as

uniões dos pronomes proclíticos (madê, selhedê) mesoclíticos e enclíticos às formas verbais de que dependem (meteremselhe, procurase).

1.2 As letras serão grafadas na forma usual, independentemente de seu valor fonético. 1.3 Os caudado, escrito com os sinais, serão transcritos como SS ou s respectivamente.

1.4 O R e S maiúsculo, com som RR e SS, serão transcritos R e S maiúsculos respectivamente.

1.5 As letras ramistas b, v, u, i e j serão mantidos como no manuscrito.

1.6 Os números romanos serão reproduzidos de acordo com a forma da época.

1.7 Nos enganos, omissões, repetições e truncamentos, que comprometem a compreensão do texto, recomenda-se o uso da palavra latina [sic.], entre colchetes e grifada.

1.8 As abreviaturas não correntes deverão ser desenvolvidas com os acréscimos em grifo.

1.9 As abreviaturas ainda usuais na atualidade ou de fácil reconhecimento poderão ser mantidas.

1.10 Os sinais especiais de origem latina e os símbolos e palavras monogramáticas serão desdobrados, por exemplo, da seguinte forma: ∫, scilicet = a saber ou convém a saber, &ra = etc., = Cristo.

1.11 Os sinais de restos de taquigrafia e notas tironianas serão vertidos para a forma que representam, grifados.

1.12 O sinal de nasalização ou til, quando com valor de m e n, será mantido.

1.13 Quando a leitura paleográfica de uma palavra for duvidosa, colocar-se-á uma interrogação entre colchetes depois da mesma: [?].

1.14 A acentuação será conforme o original.

1.15 A pontuação original será mantida.

1.16 As maiúsculas e minúsculas serão mantidas.

1.17 A ortografia será mantida na íntegra, não efetuando nenhuma correção gramatical.

2 Convenções

Para indicar acidentes no manuscrito original, como escrita ilegível ou danificada, serão utilizadas as seguintes convenções:

2.1 As palavras que se apresentem parcial ou totalmente ilegíveis, mas cujo sentido textual permita a sua reconstituição, serão impressas entre colchetes.

2.2 As palavras ilegíveis para o transcritor serão indicadas com a palavra ilegível entre colchetes e grifada: [ilegível].

2.3 Linhas ou palavras danificadas por corrosão de tinta, umidade, rasgaduras ou corroídas por insetos ou animais serão indicadas, por exemplo, pela expressão corroída entre colchetes e grifada e com a menção aproximada se seu número: [corroídas ± 6 linhas].

2.4 Os elementos textuais interlineares ou marginais autógrafos que complementam o escrito serão inseridos no texto entre os sinais < ...>.

2.5 Quando não forem autógrafos, serão indicadas em nota de rodapé.

2.6 As notas marginais, não inseríveis no texto, serão mantidas em seu lugar ou sequência ao texto principal com a indicação: à margem direita ou à margem esquerda.

2.7 As notas de mão alheia serão transcritas em rodapé.

3 Assinaturas

3.1 As assinaturas em raso ou por extenso e rubricas serão transcritas em grifo.

3.2 Os sinais públicos serão indicados entre colchetes e em grifo: [sinal público].

4 Documentos mistos

4.1Os caracteres impressos que aparecem em documentos mistos recentes serão transcritos em tipos diferentes. Incluem-se aqui formulários, timbres, fichas-padrão, carimbos, siglas, etc.

5 Selos, estampilhas etc.

5.1 Os selos, sinetes, lacres, chancelas, estampilhas, papéis selados, desenhos serão indicados de acordo com a sua natureza entre colchetes e grifado: [estampilha].

5.2 Os dizeres impressos e o valor das estampilhas serão transcritos dentro de colchetes e em grifo: [estampilhas, 200 rs.].

6 Referências

6.1 Recomenda-se o uso de um sumário, antecedendo cada texto, composto de: datação e resumo de conteúdo.

6.2 Será sempre indicada a notação ou cota do documento para fins de localização no acervo da instituição.

6.3 Sempre se indicará se o documento é original, apógrafo, segunda via, etc.

7 Apresentação gráfica

7.1 A transcrição dos documentos poderá ser linha por linha ou de forma corrida.

7.2 Será respeitada a divisão paragráfica do original

7.3 As páginas serão numeradas de acordo com o documento original, indicando-se sempre a mudança de cada uma, entre colchetes e no meio do texto, incluindo-se o verso: [fl. 3]. [fl. 3v].

7.4 Se o original não for numerado, caberá ao transcritor numerá-las. Os números acrescentados serão impressos em grifo e entre colchetes: [fl.4], [fl. 4v].

8 Observações

8.1 Toda edição de documentos deverá ser precedida de um texto preliminar em que se especificará o objetivo da publicação, remetendo-a, quanto aos critérios e convenções, para as Normas Técnicas para Transcrição e Edição de Documentos Manuscritos.

8.2 É recomendável a utilização de índice remissivo.